



**Público**

19-04-2019

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 31885

**Temática:** Política

**Dimensão:** 2236 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/18/19

## Fraude no Autódromo do Estoril sob investigação

Em causa está a contratação de uma empresa para organizar a realização do MotoGP de 2012 **p18/19**

7

# Investigada fraude no circuito do Estoril que terá lesado Estado em seis milhões

Caso está a ser investigado pelo Ministério Público desde 2016 e ainda não há arguidos. Em causa está a contratação de uma empresa para organizar a realização do MotoGP de 2012

**Justiça**  
**Sónia Trigueirão**

O negócio que envolveu a realização da MotoGP 2012 no Autódromo do Estoril pode ter lesado o Estado, que detém a empresa Circuito do Estoril (CE) a 100% através da sociedade Par-pública, em cerca de seis milhões de euros. O caso está a ser investigado pelo Ministério Público desde 2016, depois da queixa de um particular, e ainda não há arguidos, confirmou ao PÚBLICO a Procuradoria-Geral da República (PGR) referindo que o processo está em segredo de justiça no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Sintra.

Em causa estarão os crimes de fraude e de evasão fiscal e o fim da investigação estará para breve. As suspeitas recaem sobre um “contrato de patrocínio” celebrado com a empresa Trajectória, da qual foi gerente Guido Piedade, um dos filhos de Domingos Piedade. Este último presidiu à CE até Outubro de 2012 e foi condenado, em Julho de 2017, juntamente com Isabel Brazão, ex-administradora da mesma empresa, a um ano de prisão, com pena suspensa, por abuso de poder.

Nesse processo estiveram em causa alegadas irregularidades na gestão da CE, entre Junho de 2007 e Janeiro de 2013, como a utilização de cartões de crédito da empresa ao longo de vários anos para pagamento de despesas pessoais. No caso da organização do MotoGP 2012, a 14 de Março de 2012 a CE, cujo presidente do conselho de administração era na altura Domingos Piedade, celebrou um acordo com a Trajectória.

No âmbito do contrato, coube a esta empresa organizar a realização do Grande Prémio de Portugal de Moto GP, prova que integrava o campeonato Mundial de Motociclismo que decorreu entre os dias 3 e seis de Maio de 2012. No âmbito do processo, os investigadores tentam perceber o que a empresa receberia em troca pela prestação deste serviço já que

esse ponto não é claro no contrato. Esta empresa tinha como objecto social a formação profissional.

Aliás, até ficou acordado que a Trajectória deveria disponibilizar até 1,7 milhões de euros para pagamento de bens e serviços para a organização do evento, com respeito pelos padrões de exigência e qualidade impostos pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM).

E a partir daqui terão começado os problemas. A prova realizou-se e terá cumprido os padrões, mas a Trajectória nunca disponibilizou a verba. A CE teve de assegurar todas as despesas inerentes à organização da prova, mais de 1,5 milhões de euros, tendo avançado com um processo em tribunal contra a empresa para reaver a verba.

## Dinheiro estava para chegar

Já durante este processo judicial, Domingos Piedade, que foi ouvido como testemunha, referiu que o gerente da empresa Harold Woods (que sucedeu ao filho de Piedade), quando confrontado com as facturas que iam chegando dizia que o dinheiro estava para chegar, mas nunca pagou.

O tribunal deu como provado que efectivamente a Trajectória era devedora desses valores. E a 13 de Novembro de 2014, segundo sentença da Instância Central – 1.ª Secção Cível da Comarca de Lisboa, a empresa foi condenada a pagar o valor reclamado (1,6 milhões). O PÚBLICO apurou que o tribunal nunca conseguiu notificar os legais representantes desta empresa, por isso a mesma foi julgada à revelia. Também nunca foi possível à CE reaver o dinheiro porque a empresa entrou em insolvência e não tinha bens que pudessem ser penhorados.

Pedro Baptista, bicampeão nacional de *superbikes* nos anos 90 e que tem lugar vitalício no autódromo – estrutura que está ilegal desde que foi construída –, estranhou que desde 2012 Portugal nunca mais tivesse tido



**Domingos Piedade nega que empresa contratada que chegou a ser gerida pelo filho tenha ficado com receita de bilheteira. E diz que não foi chamado a depor**



o Grande Prémio e decidiu pedir dados. Foi a partir daqui que denunciou o caso ao Ministério Público, que por sua vez abriu inquérito em 2016.

Pedro Baptista não quis prestar declarações, mas segundo fonte ligada à investigação já foram feitas várias buscas no ano passado quer à sede da CE, quer às empresas a quem a CE contratou os serviços para a organização do MotoGP 2012.

Sobre a Trajectória conseguiu-se apurar que o filho de Domingos Piedade saiu da gerência da empresa cinco meses antes de ser assinado o contrato para a organização da prova e que assumiu o seu lugar um

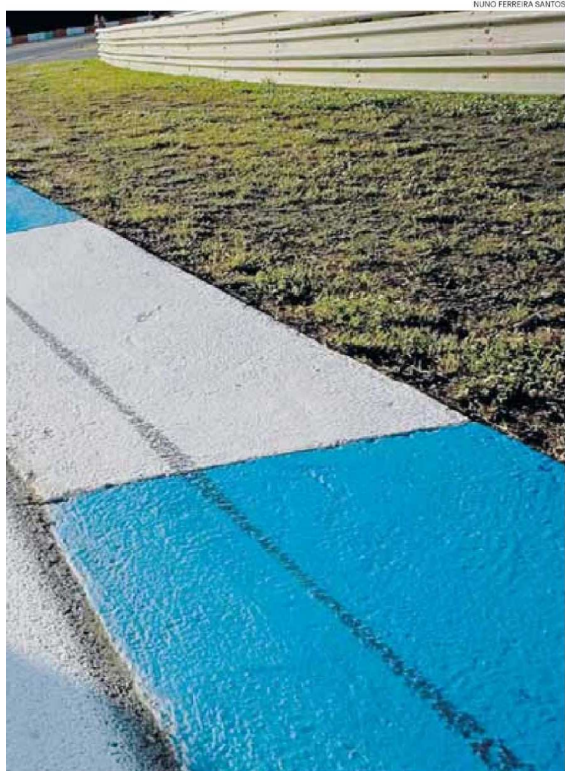
homem, Harold Woods, com morada no Panamá (ver texto na página ao lado). Também se ficou a saber que a Trajectória, quando assinou o contrato para realizar o MotoGP 2012 já enfrentava problemas de insolvência e que nunca foram pedidas garantias por parte da CE.

A investigação segue o rasto do dinheiro porque além dos mais de 1,5 milhões de euros de despesas que a Trajectória nunca pagou, há suspeitas que esta empresa terá ficado também com a receita de bilheteira dos três dias do MotoGP 2012 que ultrapassou os 1,8 milhões de euros.

Acresce que também está a ser investigado porque é que acabou por ser a CE a pagar, em prestações, mais de 2,2 milhões de euros à Dorna que é a empresa que detém, a nível mundial, os direitos comerciais dos Grandes Prémios de Motociclismo.

**Prova da MotoGP de 2012 foi a última do género a ser realizada no Autódromo do Estoril**

NUÑO FERREIRA SANTOS



Soma-se ainda a estes valores cinco por cento de imposto selo sobre a receita da bilheteira que o Estado não terá recebido.

São dúvidas relativas a cerca de seis milhões de euros de perdas para o Estado só com a organização deste evento que a investigação procura há cerca de três anos esclarecer.

Contactado pelo PÚBLICO, Domingos Piedade começou por negar que a Trajectória tenha ficado com o valor da bilheteira e disse que nunca foi chamado para depor no âmbito deste processo. Questionado sobre como tinha conhecido Harold Woods e como é que este se interessou em entrar no negócio do MotoGP, o antigo gestor disse que não se recordava. Sobre como é que este, alegado empresário, aparecia como gerente de uma empresa na qual o seu próprio filho também tinha estado,

Domingos Piedade disse que não sabia e que para já não ia falar mais sobre o assunto. Também não forneceu o contacto do filho porque disse que não falava com ele há mais de seis anos.

O Ministério Público também quer perceber se nos relatórios de gestão são declaradas todas as actividades, bem como as respectivas receitas, levadas a cabo na CE.

De acordo com a queixa apresentada por Pedro Baptista, por exemplo, os relatórios de gestão e demonstrações financeiras omitem o volume de negócios entre a CE e as empresas residentes no autódromo e não identificam eventos como os "Moto Track Days", que por fim-de-semana cobram 200 euros, em média, por mota.

sonia.trigueirao@publico.pt

## Condenados por abuso de poder

Domingos Piedade, o antigo presidente do conselho de administração da Circuito Estoril (CE), que explora o Autódromo do Estoril, e Isabel Brazão, ex-administradora, foram condenados a uma pena suspensa por abuso de poder no Verão de 2017.

Segundo a Agência Lusa, a juíza que leu a sentença do Tribunal de Cascais, que inocentou a antiga administradora dos crimes de falsificação de documentos e peculato de que também estava acusada, explicou que estava em causa o uso indevido de dinheiros públicos. Domingos Piedade foi ainda condenado a pagar mais de 14.600 euros de multa.

Em causa estavam alegadas irregularidades na gestão da sociedade de capitais exclusivamente públicos entre Junho de 2007 e Janeiro de 2013, como a utilização de cartões de crédito da empresa ao longo de vários anos para pagamento de despesas pessoais, além do recebimento adiantado de vencimentos que depois não foram autorizados pelas Finanças.

Os arguidos, que auferiam salários entre os 3528 e os 3885 euros, tinham um cartão de crédito com *plafond* até 7500 euros para despesas de serviço. Entre as mais de 200 despesas contabilizadas pelo Ministério Público como tendo sido pessoais inclui-se o pagamento, durante mais de três anos, da factura mensal do telemóvel do filho de Domingos Piedade, assim como gastos em restaurantes, cabeleireiros, farmácias, hotéis e viagens de avião.

Ao PÚBLICO, o advogado de Domingos Piedade, Manuel Barros, disse que houve recurso mas que as condenações foram mantidas.

**PÚBLICO/Lusa**

## O homem do Panamá que quis comprar os estaleiros de Viana

### Sónia Trigueirão

Harold Woods, o empresário que era o gerente da empresa Trajectória, contratada pela Circuito do Estoril (CE) para realizar o MotoGP 2012 no autódromo do Estoril, é considerado um elemento chave para perceber o que de facto aconteceu com o dinheiro da bilheteira do evento e porque não foram pagos mais de 1,5 milhões de despesas relacionadas com o evento.

Mas nem a Justiça o conseguiu notificar. Domingos Piedade, o ex-gestor da CE, disse no seu depoimento, no âmbito do processo colocado contra a Trajectória pela falta de pagamento das despesas inerentes à realização do MotoGP 2012, que Harold Woods era um empresário americano que esteve algum tempo em Portugal e que durante o ano de 2012 até estava em negociações para ficar com os estaleiros de Viana do Castelo.

O ex-gestor disse que este empresário até tinha recebido um prémio do Hotel Penha Longa, em Sintra, por ser o hóspede que mais tempo sucessivo tinha estado lá. E contou que o empresário fez jantares com algumas figuras importantes e que até tinha conhecido o então ministro da Defesa, Aguiar Branco.

Tudo para dizer que estes contornos lhe permitiam acreditar na idoneidade de Harold Woods e que por isso nunca suspeitou que viesse falhar os pagamentos.

Além disso, o empresário americano apresentou, segundo o depoimento de Domingos Piedade, uma carta de conforto de um outro empresário americano que seria dono de uma equipa de futebol e vinha sempre representado por um advogado: João Nuno Azevedo Neves.

Ao PÚBLICO, fonte próxima de Aguiar Branco disse que este, enquanto ministro da Defesa, nunca reuniu com Harold Woods. Mas que este empresário chegou a falar com membros do gabinete e da Empordef, empresa gestora dos estaleiros de Viana do Castelo, e que na altura

de apresentar uma proposta com garantias, o empresário não apareceu. Enviou mais tarde um e-mail a dizer que a mãe tinha falecido e nunca mais foi visto.

A mesma fonte também referiu que Harold Woods aparecia acompanhado com um advogado, o mesmo que referiu Domingos Piedade.

Pelos registos comerciais das empresas que teve em Portugal sabe-se apenas que dá como residência uma morada no Panamá, que é a sede de um banco.

Além de gerente da Trajectória, este empresário misterioso surge como sócio-gerente de outra empresa, a Vicwood Equity, constituída em Setembro de 2011 e que encerrou em Novembro de 2013, e administrador único da Noir-



Empresário chegou a apresentar proposta para comprar os estaleiros de Viana do Castelo

Cygnus Company, criada em Novembro de 2011, que fechou em Fevereiro de 2016 por via administrativa porque nunca apresentou contas.

As duas últimas empresas tinham com objecto social investimentos e gestão de participações sociais de imóveis.

Acresce que na Vicwood Equity, cuja gerente era Olga Janiokov, residente na República Checa, Harold Woods tinha como sócia a empresa Inventaplan. Esta sociedade era por sua vez, detida pela Ascari Investments Limited, sediada em Malta. O gerente da Inventaplan era Luís Filipe Costa Mota, que também foi gerente da Trajectória.

A Vicwood teve sede no Largo de São Carlos, em Lisboa, assim como a Trajectória. Os escritórios do advogado João Nuno Azevedo Neves são na mesma rua. O PÚBLICO tentou contactar o advogado e enviou um e-mail com perguntas, mas não obteve resposta.